



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

14 de setembro 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 14/09/2012
Assunto: Secretaria da Educação promete buscar solução em escola de Palhoça		Página: Online



SANTA CATARINA



Secretaria da Educação promete buscar solução em escola de Palhoça

Pais e professores foram até a secretaria de SC pedir por mais segurança. Funcionários fizeram manifesto na quarta (12) após agressão na escola.

Do G1 SC



Após fazerem um dia de manifesto, pais e professores da Escola Estadual Básica Nicolina Tancredo, em Palhoça, na Grande Florianópolis, foram até a Secretaria de Estado de Educação, na tarde desta quinta-feira (13), para pedir mais segurança para a instituição. Eles levaram um dossiê relatando problemas enfrentados na escola.

O chefe de gabinete da Secretaria, Mauro Tessari, afirmou que "a gerência regional de educação já está na escola, já tem atuado em relação às medidas iniciais. E, na medida do possível, vamos dar sequência a melhor solução possível que a gente tiver condições de dar para esse caso". Nesta quinta (13), a escola recebeu 300 carteiras novas.

Na quarta (12), professores, pais e alunos fizeram um dia de manifesto para pedir mais segurança na escola. Na terça (11), uma professora foi agredida verbal e fisicamente pela mãe de um ex-aluno, episódio que foi considerado a gota d'água para que os professores decidissem protestar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: MEC	Editoria: Educação	Data: 29/08/12
Assunto: Recursos de R\$ 174 milhões vão atender 5,5 mil escolas públicas		Página: Online



RECURSOS DE R\$ 174 MILHÕES VÃO ATENDER 5,5 MIL ESCOLAS PÚBLICAS

Os repasses irão para unidades de ensino que oferecem pelo menos sete horas diárias de aula e reforço de atividades de aprendizagem, artísticas, culturais e de lazer.

Recursos de R\$ 174,9 milhões estarão à disposição de aproximadamente 5,5 mil escolas públicas de todo o país, esta semana, para financiar a educação integral. O repasse é feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas participantes do programa Mais Educação.

Os recursos destinam-se a unidades de ensino que oferecem pelo menos sete horas diárias de aula e reforço de atividades de aprendizagem, artísticas, culturais e de lazer. As escolas usam o dinheiro em transporte e alimentação de monitores, compra de material e contratação de serviços necessários para o desenvolvimento das atividades. Participam do Mais Educação 33 mil escolas de ensino básico de todos os estados.

Os valores transferidos a cada unidade de ensino podem ser conferidos na página do FNDE na internet.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Zero Hora

Editoria: Educação

Data: 14/09/2012

Assunto: Opinião: o discurso sobre a educação

Página: Online

ZERO HORA

OPINIÃO: O DISCURSO SOBRE A EDUCAÇÃO

"A Educação brasileira precisa é de transformação e não de simples paliativos, como se tem feito até então. Uma transformação que aconteça simultaneamente de cima para baixo e de baixo para cima, em todos os níveis do ensino", afirma Nilson Carlos da Rosa

Muito se diz sobre a importância da Educação na vida das pessoas, seja no âmbito pessoal, seja no profissional. Historicamente, no Brasil, a Educação nunca teve seu devido reconhecimento pelos seus gestores, nos diferentes níveis de Ensino. Estudos recentes do MEC comprovam a situação pela qual passa a Educação do Ensino básico no Brasil.

Apesar de haver pequenos avanços no Ensino brasileiro nos últimos anos, mantém-se aquém do ideal esperado para esta realidade. Numa pontuação que alterna de 0 a 10, chegou à média 3,7 na nota do Ideb de 2011. No comparativo do Brasil com países desenvolvidos, como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, Finlândia e Coreia do Sul, para citar alguns exemplos, e inclusive aos em desenvolvimento, Argentina, Chile etc., no referente a esse mesmo grau de Ensino, a cizânia é ainda maior, pois esses chegam, nessa comparação, à média de seis pontos. Temos de considerar as realidades distintas entre esses países com o nosso nos aspectos geográficos, econômicos, culturais e políticos, sobretudo. Esses fenômenos, de algum modo, revelam as características fisionômicas de um país, bem como antecipam o que se deve ter como prioridade de uma nação que almeja desenvolvimento e sustentabilidade deste mesmo e assim alcançar progressivamente condições sociais de emancipação humana dos seus cidadãos, a começar pelo investimento na Educação.

O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação básica) resulta da equação, cujas referências são: o desempenho dos estudantes em avaliações de matemática e português, através dos exames da Prova Brasil ou Saeb, bem como das taxas de aprovação, reprovação e abandono Escolar. Contudo, já se ouvem discursos de fazer também do Enem (Exame Nacional do Ensino médio) instrumento de avaliação para tal índice. Talvez possa ser mais um meio de eufemismo à Educação no contexto brasileiro. Assim garantir-se-iam novamente os números, e não a qualidade, a qual deveria convir de protótipo a ser alcançado por ações estratégicas de governo neste íterim.

A Educação brasileira precisa é de transformação e não de simples paliativos, como se tem feito até então. Uma transformação que aconteça simultaneamente de cima para baixo e de baixo para cima, em todos os níveis do Ensino. Para isso, precisa de uma gestão descentralizada com padrões nacionais de políticas públicas que envolva União, Estados e municípios ao mesmo tempo. Além disso, de um plano estratégico, a começar por uma reforma pedagógica baseada em paradigmas de capacitações gerais e práticas do Ensino compatíveis com a realidade. Ter como metas a utilização das novas tecnologias, métodos científicos em cada disciplina e da interdisciplinaridade, em contraposição a fragmentação do conhecimento, e a formação continuada dos Professores, de todos os níveis e modalidades,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

levando-se em conta as constantes transformações e complexidades inerentes à sociedade contemporânea.

O primeiro passo dado pelos países líderes da Educação no mundo foi o investimento nos Professores e na formação dos mesmos, em sequência às estruturas das Escolas. Segundo Tapio Varis, catedrático da Unesco e Professor das universidades de Tampere e Helsinki, na Finlândia, a Educação é uma questão de estratégia. Algo a ser vivenciado e respeitado. Para a pedagoga Ivania Cover, a relação teoria e prática é um fator relevante à qualidade do Ensino, pois se estabelece vínculo do que se aprende com o que é vivenciado no dia a dia. Educação é valor, é ação constante do diálogo dos saberes para um mundo que se almeja mais humano. Para isso, não pode haver um discurso contraditório sobre a Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 14/09/12
Assunto: Editorial: os gastos com educação		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

EDITORIAL: OS GASTOS COM EDUCAÇÃO

"A Educação é prioritária, mas a destinação de recursos para o setor tem de ser compatível com a realidade orçamentária", afirma jornal

Apoiado por estudantes, movimentos sociais e ONGs, o projeto que obriga a União, os Estados e os municípios a destinarem 10% do PIB para a Educação pública tornou-se uma enorme dor de cabeça para o governo. O projeto foi aprovado, em caráter terminativo, por uma comissão especial da Câmara dos Deputados às vésperas do recesso legislativo de julho. Mas, alegando que o poder público não tem de onde tirar tantos recursos para cumprir essa determinação, o Palácio do Planalto montou uma estratégia para tentar impedir que o projeto seguisse para o Senado. E fracassou. A ideia era derrubar o projeto ainda na Câmara, evitando que seguisse para o Senado.

Para isso, o Planalto pediu às lideranças da base aliada que apresentassem um recurso, pedindo que o projeto fosse apreciado pelo plenário, onde o governo tem maioria. Encabeçado pelos líderes do governo, Arlindo Chinaglia, e do PT, Jilmar Tatto, o recurso foi assinado por 80 parlamentares situacionistas, entre os dias 9 de agosto e 3 de setembro. Mas, com medo de enfrentar problemas políticos em seus redutos eleitorais, na campanha para o pleito municipal de 3 de outubro, 46 deputados do PMDB, PSD, PDT e do PT retiraram sua assinatura e o recurso foi retirado da pauta e engavetado.

Com isso, o projeto agora passará pela Comissão de Constituição e Justiça, que não pode alterar substantivamente o texto, limitando-se a fazer ajustes na redação final. Depois, seguirá para o Senado, onde o governo terá mais dificuldades políticas para derrubá-lo. O movimento de retirada das assinaturas foi coordenado pelo líder do PDT, deputado André Figueiredo. "Quem deseja uma Educação de qualidade não pode jamais ser contra a elevação do investimento", disse ele. "Agora, em que fonte buscar os recursos para se chegar ao montante proposto?",



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

indagou Chinaglia, depois de lembrar que o projeto não define as participações da União, Estados e municípios na formação dos 10% do PIB.

Atualmente, o Brasil gasta 5,1% do PIB para financiar a rede pública de Ensino, em todos seus níveis. Ao elaborar o Plano Nacional de Educação para a década de 2010, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, previu um gasto mínimo de 7% do PIB. Preocupados em levantar uma bandeira política para as eleições municipais de 2012, deputados de todos os partidos – inclusive da base aliada – aumentaram esse percentual para 7,5%. Mas, na hora da votação na comissão especial, os líderes partidários alegaram que havia necessidade de recursos para a implantação do regime de tempo integral no Ensino fundamental e aprovaram os 10% do PIB.

Antes da votação, a equipe econômica do governo tentou persuadir as lideranças partidárias a rejeitar essa proposta, mas o fez de modo pouco enfático, por receio de atrapalhar a campanha dos candidatos petistas no pleito de outubro. Como movimentos sociais e ONGs já deixaram claro que se mobilizarão para tentar impedir a reeleição dos senadores que votarem contra a proposta, o Palácio do Planalto teme que os líderes situacionistas no Senado não consigam controlar a base aliada e percam o controle da situação. Tanto a equipe econômica do governo como especialistas em Educação afirmam que a destinação de 10% do PIB para a Educação poderá aumentar os gastos perdulários dos municípios, Estados e até da União com Ensino.

A partir de 2003, por exemplo, o governo Lula aumentou sem planejamento a rede de universidades federais, criando instituições onde não havia demanda, em vez de investir no aprimoramento da qualidade da rede pública de Ensino fundamental. Um dos fatores responsáveis pela greve das universidades federais este ano, e que ainda não terminou em grande parte delas, é o descontentamento dos Professores com a falta de condições mínimas de trabalho nas instituições recém-criadas. A Educação é prioritária, mas a destinação de recursos para o setor tem de ser compatível com a realidade orçamentária. É por isso que cabe ao Senado derrubar essa proposta, não se curvando às pressões de ONGs e movimentos sociais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina

Editoria: Educação

Data: 14/09/2012

Assunto: ANALFABETISMO - SC tem o segundo menor índice

Página: Online

JORNAL DE
SANTA CATARINA
www.santa.com.br

Analfabetismo. SC tem o segundo menor índice

Estado fica atrás do Distrito Federal, onde 3,5% da população não lê nem escreve

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

FLORIANÓPOLIS - Santa Catarina tem a segunda menor taxa de analfabetismo do país (4,1% do total de 14 milhões de pessoas), atrás do Distrito Federal, que tem 3,5% de analfabetos na faixa etária acima de 15 anos. Os dados são do Censo 2010. Entre a população de 10 a 14 anos, o Estado tem a menor taxa de analfabetos do país (1,2%). São 6.235 crianças sem dominar o mínimo da leitura e escrita.

A queda da taxa de analfabetismo vem acompanhada do aumento do número de cidades livres do problema. Subiu de 64 em 2007 para 283 em 2010. Para obter o título, o município não pode ter índice maior do que 4% de analfabetos igual ou acima de 15 anos. Em Santa Catarina, 59 cidades comemoram essa realidade, como São João do Oeste – a segunda cidade brasileira com menos analfabetos. Apenas 1,02%, ou 55 moradores, não sabem nem escrever.

Apesar dos baixos índices, o professor do Departamento de Pedagogia da Udesc Lourival José Martins Filho afirma que, enquanto houver analfabetos, serão necessárias medidas para encontrá-los e ensiná-los.



– O Estado deve isso à sociedade. Enquanto houver catarinenses que não sabem ler, tem que ter políticas públicas e investir em ações urgentemente. Fazer levantamento nas comunidades, nas escolas rurais, perseguir até a última pessoa – ressalta. Para Martins, um fator que contribui para as baixas taxas no Esta-

do é a sua colonização, que trouxe povos com uma relação diferenciada com a educação. Ele diz que a maioria das famílias deseja que os filhos sejam alfabetizados.

O professor ainda fala que a universalização da educação contribui para o indicador. Mas não se restringe a isso, ele vem acompanhado

de boas práticas escolares, que fazem com que os estudantes permaneçam nas escolas. Ele cita como diferencial os trabalhos de incentivo à leitura, bons programas de alfabetização e bons professores.

Alunos de universidade sem domínio da leitura

Enquanto o analfabetismo caminha para ser erradicado, uma recente pesquisa divulgada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa mostra que os brasileiros chegam aos ensinos Médio e Superior sem domínio pleno da leitura. Eles apresentam restrições da compreensão e na interpretação textual. Os dados fazem parte do Indicador de Alfabetismo Funcional, que avalia essas três áreas. Ele é feito com entrevista e teste cognitivo numa amostra de duas mil pessoas, representativa da população brasileira.

De acordo com o índice, entre as pessoas que concluíram o Ensino Médio, a proporção de alfabetizados em nível pleno era de 49% em 2000 e caiu para 35% em 2011. No Ensino Superior ocorre o mesmo: 76% das pessoas neste nível de escolaridade eram plenos em 2001 – o número caiu para 62% em 2011.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 14/09/2012

Assunto: SC puxa o Brasil para cima em alfabetização

Página: 30/31

DIÁRIO CATARINENSE

EXEMPLO NACIONAL

SC puxa o Brasil para cima em alfabetização

O Brasil tem 14 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade. Segundo o Censo do IBGE de 2010, entre os estados, Santa Catarina tem o segundo índice menor, 4,1%, de pessoas que não sabem ler nem escrever. Fica atrás apenas do Distrito Federal, com 3,5%. São João do Oeste é o município líder em alfabetização. Chegou a este patamar, com um trabalho de longo prazo, com investimentos no ensino e com a valorização dos professores.

Aprendizado de bom nível no Centro Educacional de São João do Oeste



JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Não assinar o próprio nome, não ler o letreiro de um ônibus ou o anúncio de um outdoor. Esta é a realidade de 14 milhões de brasileiros analfabetos com mais de 15 anos – dois milhões a menos do que em 2000. Deste total, 200.298 (4,1%) estão em Santa Catarina. É a segunda menor taxa de analfabetismo do país, atrás do Distrito Federal, que tem 3,5% nesta faixa etária. Os dados são do Censo 2010.

Entre a população de 10 a 14 anos, o Estado tem a menor taxa de analfabetos do país (1,2%). São 6.235 crianças sem dominar o mínimo da leitura e escrita. A queda da taxa de analfabetismo vem acompanhada do aumento do número de cidadãos livres do problema. Ele passou de 61 em 2007, para 283 em 2010.

Para obter o título, o município não pode ter índice maior do que 4% de analfabetos igual ou acima de 15 anos. Em SC, 59 cidades comemoram essa realidade, como São João do Oeste – a segunda cidade brasileira com menos analfabetos. Apenas 1,04%, ou 55 moradores, não sabe ler nem escrever.

Apesar dos baixos índices, o diretor do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Udesc, Lourival José Martins Filho, e membro do comitê de educação do DC, afirma que se houvesse um analfabeto em Santa Catarina seria necessário medidas para encontrá-lo e ensiná-lo a ler e escrever.

– O Estado deve isso à sociedade. Enquanto houver catarinenses que não sabem ler o seu mundo, tem que ter políticas públicas e investir em ações urgentemente.

Para Martins, um fator que con-

tribui para as baixas taxas no Estado é a sua colonização, que trouxe povos com uma relação diferenciada com a educação. Ele diz que a maioria das famílias deseja que seus filhos sejam alfabetizados.

Estudantes de universidade sem o domínio da leitura

O professor ainda fala que a universalização da educação contribui para o indicador. Mas não se restringe a isso, ele vem acompanhado de boas práticas escolares, que fazem com que os estudantes permaneçam nas escolas. Ele cita como diferencial os trabalhos de incentivo à leitura, bons programas de alfabetização e bons professores à frente deste processo.

Enquanto o analfabetismo caminha para ser erradicado, uma recente pesquisa divulgada Instituto

Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa mostra que os brasileiros chegam ao ensino médio e superior sem domínio pleno da leitura.

Eles apresentam restrições da compreensão e na interpretação textual. Os dados fazem parte do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), criado em 2001, e que avalia essas três áreas. Ele é feito com entrevista e teste cognitivo numa amostra de duas mil pessoas, representativa da população brasileira.

De acordo com o índice, entre as pessoas que concluíram o ensino médio, a proporção de alfabetizados em nível pleno era de 49% em 2001 e caiu para 35% em 2011. No ensino superior ocorre o mesmo: 76% das pessoas neste nível de escolaridade eram plenos em 2001 – o número caiu para 62% em 2011.

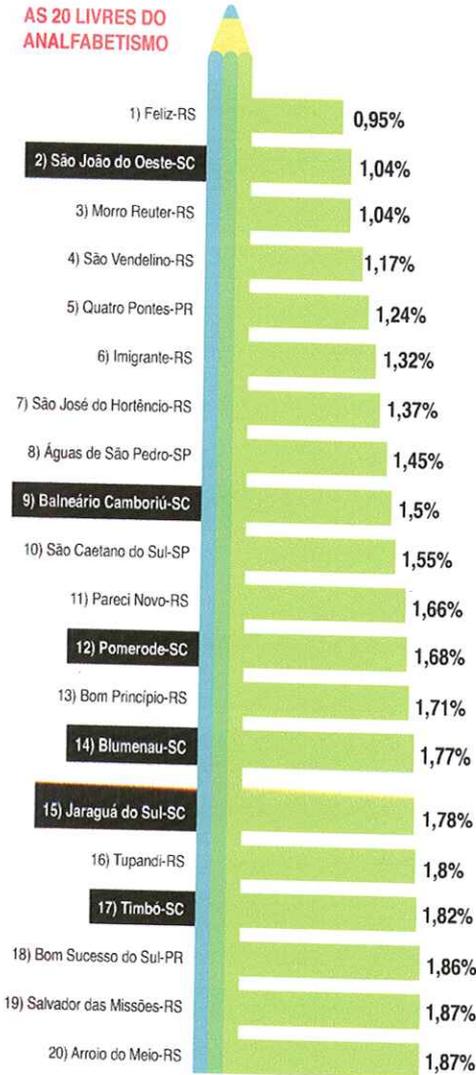


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

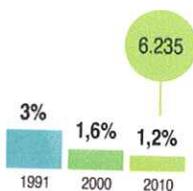
O RANKING NO BRASIL

5%
dos 5.566 municípios brasileiros estão livres do analfabetismo, destes 59 são catarinenses.

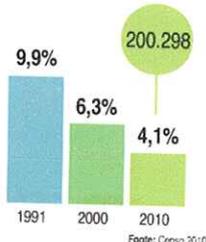
AS 20 LIVRES DO ANALFETISMO



HISTÓRICO NO ESTADO 10 a 14 anos



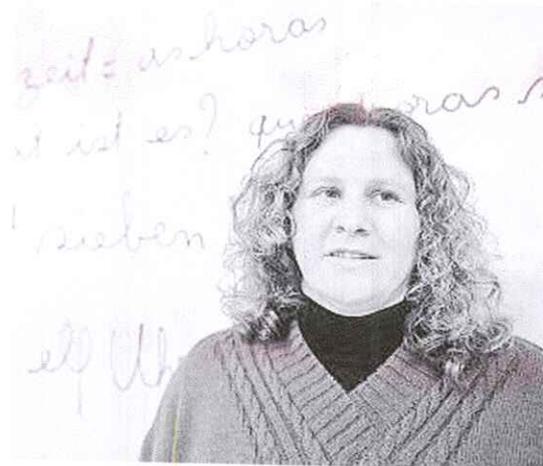
15 anos ou mais



Fonte: Censo 2010

Segredos de São João do Oeste

- Desde a colonização a educação é prioridade no município. Nos primeiros anos os pais pagavam professor para ensinar os filhos
- A educação é prioridade na cultura local
- Os pais acompanham as atividades do filho
- Os alunos são disciplinados
- Os professores são motivados e buscam alternativas para tornar as aulas atraentes
- A biblioteca tem livros atualizados
- O professor tem um salário básico de R\$ 2.076, para 40 horas, o que é um bom salário em São João do Oeste
- Há um plano de cargos e salários. Quem tem pós-graduação ganha 10% a mais. Há acréscimo de 2% a cada 120 horas de curso
- A prefeitura oferece cursos gratuitos de qualificação
- A profissão é valorizada na comunidade, tanto que até o prefeito é professor
- As escolas são limpas e bem cuidadas



Leane Boebel leciona alemão e serve de exemplo para estudantes

Alunas querem seguir carreira de professor

São João do Oeste

DARCI DEBONA

Numa cidade distante 760 quilômetros de Florianópolis, as casas são bonitas e bem pintadas. As ruas são limpas. A delegacia quase não tem ocorrências.

Coincidência ou não, São João do Oeste é o município mais alfabetizado do Estado e o segundo do Brasil. Tudo está voltado para o ensino.

Os 1,1 mil alunos são de sete escolas municipais e três estaduais.

O município dá apoio e os professores buscam especialização – diz a diretora do Centro Educacional São João do Oeste, Jacinta Dill, que tem

220 alunos do fundamental.

Na receita de sucesso, 20 professores da escola têm pós-graduação.

A secretária de Educação, Silvane Baugarten, afirma que a disputa é grande para dar aula em São João do Oeste. Leane Boebel, é de Mondai, fez curso de alemão na UFSC e foi dar aula em São João do Oeste. Ela se sente valorizada na cidade. Reflexo disso é que, ao perguntar para as alunas Raquel Schneider Wirth e Jussara Webers, de seis anos, o que pretendem ser no futuro, elas respondem:

– Quero ser professora.

darci.debona@diario.com.br

Pais conferem as tarefas dos filhos

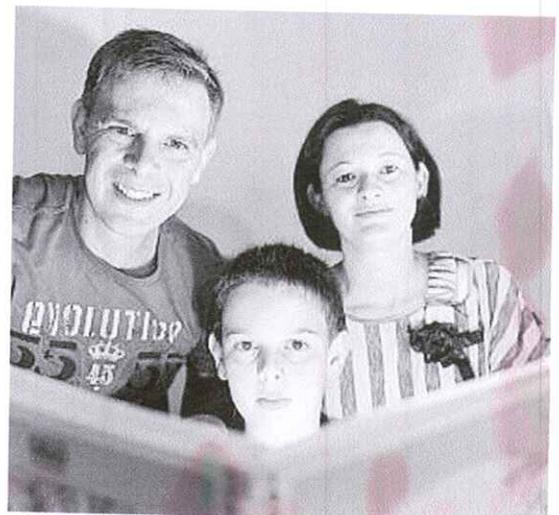
A participação dos pais no ensino e cobrança de resultado é comum em São João do Oeste. Um exemplo é o casal Rogério e Jaqueline Weber, que diariamente conferem os cadernos e os temas do filho Luiz Gustavo, que está na quinta série.

– Antes de ver teve ou ficar no notebook ele tem que fazer o dever de casa – explica o pai, que é presidente da Associação de Pais e Professores do Centro Educacional São João do Oeste.

Ele afirma que a maioria dos pais participa da educação dos filhos e das promoções, para auxiliar alguma coisa que a escola necessite. Jaqueline considera que a qualificação dos professores é importante.

– A qualidade é tão boa quanto escolas particulares de outros municípios – disse a mãe.

Tanto que 59% dos 89 estudantes que concluíram o Ensino Médio em 2011, estão na faculdade.



Rogério e Jaqueline monitoram os estudos do filho Luiz Gustavo Weber